

---

**RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA:  
O CASO DE CONQUISTA (MG)\***

*Maria Benedita Cavalini*

Prof<sup>a</sup> do Dep. de Geografia da UFU  
Mestre em Geografia pela UNESP

---

São diversas as formas de organização social das forças produtivas e das relações de produção que se encontram na agricultura brasileira.

Esta diversidade de relações de produção reflete o desenvolvimento extremamente desigual do capitalismo no campo, conforme as diferentes regiões do país, onde "o capital não conseguiu ainda realizar a expropriação completa do trabalhador, nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e dinâmico" (GRAZIANO DA SILVA, 1980:227).

A heterogeneidade de formas que assumem as relações de trabalho no campo podem ser percebidas quando se faz uma análise histórica da força de trabalho empregada na agricultura brasileira, desde o regime do colonato às formas de relações atuais, expressas no trabalho assalariado, especialmente o temporário e o volante.

Até 1850, os escravos compunham a grande maioria da força de trabalho necessária a uma agricultura de exportação em grande escala. A abo-

**RESUMO**

O objetivo deste trabalho é mostrar como o desenvolvimento do capitalismo no campo promove a adequação da força de trabalho rural. Para isso foi tomado o caso de Conquista (MG), onde as transformações ocorridas no campo conduziram a diferentes relações de trabalho, desde as vigentes no colonato até as predominantes atualmente, expressas pelo trabalho assalariado.

lição do tráfico de escravos em 1850 coincidiu com a expansão do café no oeste paulista, devido ao declínio da outra região cafeicultora - o Vale do Paraíba - e como resposta à crescente demanda do mercado internacional de café. Segundo STOLCKE (1986:18):

*A introdução do trabalho livre na agricultura paulista é, com efeito, um exemplo da criação de uma frota de trabalho livre numa situação de grande desenvolvimento agrícola, sob condições de oferta potencialmente escassa de mão-de-obra.*

Na ausência de uma reserva de mão-de-obra local prontamente disponível, os fazendeiros paulistas recorreram ao uso de trabalhadores imigrantes.

A força de trabalho necessária ao desenvolvimento do café foi encontrada na Europa, mais precisamen-

---

\* Parte da Dissertação de Mestrado: A Conquista do Capital: As transformações no Espaço Rural de Conquista, apresentada no IGCE/UNESP - Rio Claro, em setembro/88.

te na Itália. O fenômeno emigratório italiano se explica pela forma como ocorreu a penetração capitalista no campo: concentração da propriedade, altas taxas de impostos sobre a terra que impeliram o pequeno proprietário a empréstimos e ao conseqüente endividamento e a sua transformação em mão-de-obra para a indústria que surgia. Este processo, na medida em que se implantava, liberava um excedente de mão-de-obra que o país não tinha condições de absorver. Para estes trabalhadores, a sobrevivência passava a ser a emigração.

A miséria que assolava o campo italiano, a decisão de abandonar a pátria não simplesmente com o objetivo de "fazer a América", mas como uma forma de resistência às duras condições de vida impostas pela penetração do capitalismo no campo, estão refletidas em uma das estrofes da canção transcrita por Zuleika M. F. Alvim em seu livro "Brava Gente" (1986:17):

*Itália bela, mostre-se  
gentil  
e os filhos seus não a  
abandonarão,  
senão, vão todos para o  
Brasil,  
e não se lembrarão de  
retornar.  
Aqui mesmo ter-se-ia no  
que trabalhar  
sem ser preciso para a  
América emigrar.*

O regime de trabalho que os grandes fazendeiros descobriram para substituir os escravos por trabalhadores livres ficou conhecido como colonato. Os imigrantes passaram a ser conhecidos como colonos, sendo essa palavra tomada como equivalente de trabalhador. No novo regime de trabalho, o colono

não era uma pessoa envolvida em planos de colonização, mas a pessoa que trabalha para o fazendeiro e que vive na colônia da fazenda - um grupo de casas - onde eram estabelecidos os imigrantes (MARTINS, 1981:125).

Sob o regime de colonato, a família compunha a unidade trabalhadora. O sistema combinava diferentes formas de pagamento: uma soma em dinheiro pelo trato do cafezal, uma soma em dinheiro pela quantidade de café colhido e a permissão para o colono plantar gêneros de subsistência entre as fileiras do café. A colheita desses gêneros era usada na alimentação do colono e o excedente podia ser vendido. De acordo com MARTINS (1981, 18-9), o sistema de colonato:

*. . . não pode ser definido  
como um regime de trabalho  
assalariado, já que o  
salário em dinheiro é, no  
processo capitalista de  
produção, a única forma de  
remuneração da força de  
trabalho. (. . .)  
É, porém, a produção dire-  
ta dos meios de vida com  
base no trabalho familiar  
que impossibilita definir  
essas relações capitalis-  
tas de produção.*

Em Conquista, os primeiros cultivos de café datam de 1865, quando, no município, em "chácaras e quintas já florescia e fructificavam alguns milhares de cafeeiros" (Tribuna de Conquista: 01/06, 1928:1).

A produção sistemática do café no município ocorre a partir de 1880. É também a partir desta data, quando já havia uma "aclimatação do ouro verde" em suas terras que, se-

gundo o artigo do jornal citado anteriormente:

*... estabeleceu-se a corrente emigratória, força dominante da nossa estabilidade econômica - ensaiando a colonização do Triângulo e fazendo frondejar o cafeeiro em cada sítio.*

A Fazenda do Moinho, mais tarde denominada Lageado, foi a primeira propriedade rural a receber imigrantes.

Apesar da importância relevante do regime do colonato para o município, não encontramos material registrado para fazermos uma análise mais detalhada. Há alguma referência sobre o assunto no Álbum de Conquista (sem data), quando se faz alusões à fazenda Ponte Alta:

*Os colonos amam imensamente o Cel. Tancredo e todos lhe dedicam veneração. É devido ao modo correcto e respeitoso com que são mandados os colonos, que essa propriedade jamais decahiu e nem decahirá do seu justo valor.*

Através da pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de conversar com um imigrante português, testemunha do sistema de colonato no município, que chegou ao Brasil em 1900. Eis o seu relato:

*Cheguei em Conquista e fui para a Fazenda São Gabriel. Lá trabalhei juntamente com 300 famílias, no cultivo do café e do arroz. Vivi na fazenda durante 50 anos e cheguei a*

*tomar conta de até 3.000 pés de café. Aposentei com 65 anos. Hoje, a fazenda não é mais aquela dos meus tempos, ela cria gado. Mudei para a cidade e trabalhei até 81 anos matando formigas e rancando socas de capim nos canaviais. Tomava o caminhão de madrugada.*

Este depoimento demonstra as vantagens que havia para o sistema de colonato em garantir a mão-de-obra, não só durante o ano agrícola, como também durante vários anos. É também um exemplo de como nem todos os imigrantes, principalmente aqueles que vieram individualmente, conseguiram comprar o seu sonho "pedaço de terra" e de como o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo submete a mão-de-obra, produzindo diversas formas de relação de trabalho.

Historicamente, o arrendamento caracteriza-se no município como uma forma de exploração que ocupa mão-de-obra familiar. Este tipo de exploração ocorreu no cultivo de arroz, em 1917, com a introdução de vinte e cinco famílias japonesas, num sistema de colonização planejada pelo governo mineiro. A partir de 1927, há uma saída em massa destas famílias da zona rural para outros municípios. A explicação para este êxodo está no Jornal Tribuna de Conquista de (23/09, 1928:1):

*A questão prende-se exclusivamente ao preço do arrendamento das terras. Os proprietários de Conquista exigem quasi o dobro dos preços de arrendamento que os de outros municípios estão cobrando-uma exorbitância. Convém, pois, que*

*os interessados ajam com critério de modo a evitar prejuízos. Ahi fica o brado de alerta que a nossa consciencia determina.*

O exemplo citado demonstra como estes arrendatários encontravam-se submetidos a uma intensa exploração, através da renda fundiária, num processo em que o capital se utiliza desta forma de acesso à terra, como um meio de dividir os riscos de produção e levar os produtores a uma pauperização.

O caráter diferenciado da penetração do capitalismo no campo proporciona uma diversidade de relações de produção. SORJ (1980:1,9) faz a seguinte colocação sobre este assunto:

*Apesar de existir uma penetração crescente do capitalismo na agricultura, essa penetração em lugar de determinar a extinção das formas de produção não capitalistas, gera conjuntamente com as empresas capitalistas um campesinato pauperizado.*

Estas relações de produção não-capitalistas são reproduzidas pelo movimento de acumulação de capital. Estariam representadas no campo através da força de trabalho empregada na pequena propriedade (onde os membros da família não são remunerados), na parceria, no pequeno arrendamento, já que o salário em dinheiro é, no processo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho.

Através da Tabela que expressa a composição da força de trabalho utilizada no município, observa-se que, nas décadas de 50/60, o trabalho assalariado (indicador do desenvolvimento capitalista na agricultura) apresenta-se de forma pouco expressiva no conjunto da mão-de-obra ocupada. Um maior número de assalariados permanentes justifica-se pela importância da pecuária no contexto da economia rural. Observa-se também um grande número de pessoas ocupadas na categoria de parceiro. É possível concluir-se que as transformações ocorridas nestas décadas foram significativas, mas não essenciais no sentido de transformar as relações sociais da produção.

FORÇA DE TRABALHO EM CONQUISTA - (1920-1980)

Força de Trabalho	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Familiar	-	791	553	413	870	863	824
Assalariado Permanente	-	-	879	450	482	426	611
Assalariado Temporário	-	-	247	443	288	482	1.195
Parceiro	-	-	1.375	419	196	99	22
Outra Condição	-	-	-	6	-	2	-

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários (1920-1980)

- = Dados Inexistentes

Em 1970, as relações sociais de produção predominantes ainda não são capitalistas. O crescimento da força de trabalho assalariada do município ocorre no quinquênio 75/80, demonstrando uma maior expansão do capitalismo neste período.

A categoria trabalhador permanente retrata as transformações ocorridas na estrutura produtiva do município, principalmente com a decadência do café, quando o sistema de colonato foi perdendo sua importância no município e a pecuária intensificou-se. Esta atividade, por não apresentar a sazonalidade da produção agrícola, diminui a necessidade do trabalho temporário.

A categoria trabalhador temporário apresenta, no conjunto da força de trabalho, um elevado crescimento no quinquênio 75/80, viabilizada pelas políticas estatais dirigidas para o município na década de 70. A partir destas políticas, observa-se uma intensificação das relações de trabalho assalariado como uma estratégia de destruição das relações não-capitalistas e a transformação do município em pólo de atração do assalariado nos momentos de picos das safras de cana-de-açúcar. A expansão do capital na economia rural, propiciada pelo PROÁLCOOL a partir de 1975, via Usina Mendonça, redundou em aumento no número de trabalhadores temporários.

O ritmo irregular a que é submetida esta força de trabalho, não permite a fixação desses trabalhadores nos locais onde trabalham, obrigando-os a viajar diariamente. Segundo GRAZIANO DA SILVA (1981:131), o volante é o resultado:

*. . . do processo de separação do trabalhador rural dos meios de produção, especialmente da terra, que já não é mais o seu "labo-*

*ratório natural" de trabalho. Ele tem agora um grau de dependência principal do trabalho assalariado no campo, apesar de poder alternar empregos rurais e urbanos.*

Este processo de proletarização do homem do campo, em que o trabalhador se transforma em mero vendedor de força de trabalho, ocorre de forma diferenciada, envolvendo desde o pequeno produtor que completa sua renda assalariando-se, até o trabalhador totalmente expropriado da terra e residente na cidade.

Também denominados de "bóias-frias", eles passam a constituir uma população itinerante que se desloca nas próprias regiões de origem ou de uma região para outra, à procura de trabalho.

Em Conquista, eles são arregimentados, em maior número, em Uberaba (trabalhadores provenientes de Mato Grosso, Goiás, São Paulo e do Estado), no próprio município e em Igarapava (São Paulo) num sistema de vai-e-vem.

A forma de contratação desses trabalhadores até 1984 era feita através de "gatos" que funcionavam como mediadores de sua relação de trabalho com a usina. Algumas mudanças nestas relações de trabalho estão relacionadas com os movimentos de mobilização dos trabalhadores assalariados temporários da agricultura no Estado de São Paulo, iniciado em maio de 1984 e que se estendeu a Minas Gerais. As conquistas firmadas no acordo de Guariba representaram um avanço relativo. Entretanto, segundo INCAO (1984:7), a importância desta mobilização está no fato de que neste momento:

*. . . os bóias-frias inauguram uma nova etapa em*

sua história, ultrapassando os limites da mera resistência e tomando consciência de sua própria força. Constituindo-se como sujeitos coletivos e adentrando o limiar de sua organização política. Tornando-se atores de sua própria história.

Este acontecimento ocupou lugar de destaque em toda a imprensa brasileira. A Folha de São Paulo (19/05, 1984:21) faz a seguinte referência a esta greve na região do Triângulo:

*Após paralisação, sai acordo em Uberaba. Três mil bóias-frias que cortam cana para as Usinas Delta e Mendonça, no Triângulo, em greve desde ontem, conseguiram um aumento de Cr\$ 900,00 para Cr\$ 2.100 na tonelada de cana e fazer contato direto com os usineiros, evitando o intermediário. Os acordos assinados ontem à noite entre usineiros e trabalhadores*

*prevêm também transporte em caminhões mais seguros.*

A figura do "gato" foi substituída por uma firma empreiteira que passou a funcionar a partir de 1985. Esta mobilização dos trabalhadores se reveste de uma relevância histórica: de um lado, porque nunca houve nenhum movimento social na região e de outro, porque são trabalhadores rurais que se mobilizam e iniciam sua organização política *sem a necessária referência à posse da terra* (INCAO, 1984:92).

As mudanças havidas na forma de organização das forças produtivas do município, assim como nas relações sociais de produção existentes desde o tempo do colonato até as formas predominantes de relações atuais, expressas no trabalho assalariado temporário, deixaram profundas marcas no cenário rural. Uma das consequências propiciadas por estas transformações é a grande migração existente em Conquista, tanto no espaço rural quanto urbano, que levou ao esvaziamento das casas das colônias e ao enfraquecimento do comércio local.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLBUM CONQUISTA. Conquista, s/d.

ALVIM, Z.M.F. *Brava Gente! os italianos em São Paulo*. Brasileira, São Paulo, 1986, p. 15-50.

APÓS Paralisação sai Acordo em Uberaba. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 maio 1984, p. 21.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. HUCITEC, São Paulo, 1980, p. 220-235.

\_\_\_\_\_. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. HUCITEC, São Paulo, 1981, p. 80-150.

INCAO, M.C. de. **A questão do bóia-fria.** Brasiliense, São Paulo, 1984, p. 5-94.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra.** Lech-Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1981, p. 15-150.

PRÓ Lavoura. **Tribuna de Conquista.** Conquista, 23 setembro 1928, p. 1.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Zahar, Rio de Janeiro, 1980, p. 1-10.

STOLCKE, V. **Cafetura - homens, mulheres e capital (1850-1890).** Brasiliense, São Paulo, 1986, p. 9-150.

## INTRODUÇÃO

A área drenada pelo alto curso do rio Uberabinha, e por seus tributários, ribeirão Beija-Flor e Dos Jardins, é de importância fundamental para o abastecimento público/urbano de água em Uberlândia, considerando-se os aspectos de quantidade e qualidade da água, proximidade da cidade e condições econômicas de aproveitamento.

A escassez de recursos hídricos já se faz sentir nos grandes centros urbanos, sendo de grande importância a preocupação com sua preservação e uso racional. Uberlândia, hoje com aproximadamente 450.000 habitantes, caminha rumo a um milhão de habitantes para o final da próxima década. Preocupa-nos, sobretudo, a exploração de argila que vem ocorrendo

nas proximidades das nascentes, de importância econômica para a cidade. Verificar a questão da exploração da argila é buscar compreender como se dá a apropriação de parte da natureza pelo "homem". Em nosso caso, especificamente, esse homem genérico, assaz explorador, é representado por empresas mineradoras, que por sua vez estão ligadas a fortes grupos econômicos que, atuando em diversos setores da economia do país e, conseqüentemente, nas decisões políticas. Trata-se, portanto, de análise da atuação das empresas mineradoras que exploram a argila na área de Uberabinha; ou, dito de outro modo, buscaremos através deste trabalho compreender a reorganização do espaço, nas

